

AS MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO NO BRASIL: ATUAÇÃO POLÍTICA DA BAMIDELÊ – ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NA PARAÍBA

Rayssa A. Carvalho

Universidade Federal da Paraíba

E-mail: carvalho_rayssa@yahoo.com.br

Solange P. Rocha

Universidade Federal da Paraíba

E-mail: banto20ufpb@gmail.com

Resumo: No presente artigo, investigamos a atuação política da Bamidelê - Organização de Mulheres Negras na Paraíba. Trata-se de uma organização de feministas negras que desenvolve ações antirracistas e antissexistas visando transformações nas relações de poder e asseguramento de direitos de cidadania. Primeiro, buscamos compreender a formação e o desenvolvimento do movimento feminista negro no Brasil ocorrido nos últimos trinta anos. Em seguida, analisamos uma ação política da referida organização paraibana, a Campanha de Identidade Racial denominada *Morena, não. Eu sou negra!*, que teve como objetivo tornar visível as mulheres negras como sujeito político, afirmar a identidade racial e empoderar mulheres, crianças e homens negros, visando o fortalecimento da luta antirracista no contexto brasileiro. Para tanto, dialogamos com os estudos de Roland (2000), Carneiro (2003), Moreira (2011), Ribeiro (2004) e Santos (2009), que nos proporcionaram conhecimentos acerca do protagonismo de mulheres negras e das relações raciais, assim como orientaram nossas análises qualitativas, que contaram também com fontes históricas para expor a produção de conhecimentos no interior do ativismo de mulheres negras.

Palavras-chave: feminismo negro; ação política; relações de poder; cidadania.

Abstract: In this article, we investigate the political activity of Bamidelê: Black Women's Organization in Paraíba, an organization of black feminists that develops anti-racist and antisexists actions, aiming to change the relations of power and to assure citizenship rights. In this sense, first we seek to understand the formation and development of the black feminist movement in Brazil, occurred in the last thirty years. Then, we examine a political action conducted by the referred organization, the racial identity campaign entitled

Morena, não. Eu sou negra! (I am not brunette. I am Black!), which aimed to make visible Black women as political subjects, affirm the racial identity and empower women, children and Black men. For this purpose, we dialogue with Roland (2000), Carneiro (2003), Moreira (2011), Ribeiro (2004), Santos (2009), whose reflections have provided us knowledge about the role of Black women and racial relations, as well as guided our qualitative analysis which also relied on historical sources to expose the production of knowledge within the activism of Black women.

Keywords: black feminism; political action; power relations; citizenship.

Como se sabe, o Brasil tem uma história baseada no colonialismo, patriarcalismo e escravismo e, na atualidade - início do século XXI -, há continuidades dessa história no nosso cotidiano. Essas continuidades acabam por definir as nossas relações sociais, contribuindo para a persistência do racismo, do sexismo e das desigualdades sociais, econômicas e simbólicas.

Em todos os períodos históricos, mulheres e homens negros construíram uma cultura de resistência em oposição à sociedade que os oprime e que considera as suas trajetórias secundárias. Tal cultura, igualmente, visa defender a sobrevivência material e cultural da negritude e afirmar os seus direitos humanos. Durante muito tempo a História silenciou as experiências desses sujeitos sociais, gerando uma produção científica lacunar que examina a trajetória da sociedade brasileira desde uma perspectiva analítica eurocêntrica.

Na década de 1980, com as mudanças nos paradigmas de construção do conhecimento em diversas áreas, tem-se observado a consolidação de um modelo na nossa historiografia que amplia as narrativas do passado e do presente, que revisita e visibiliza histórias de vidas e que, contrapondo-se à historiografia tradicional, traz à tona personagens negras e suas atuações sociopolíticas (MOURA, 1988; ROCHA, 2001; CARNEIRO, 2002; DOMINGUES, 2009).

No que diz respeito à história das mulheres negras no Brasil temos algumas produções acadêmicas recentes relevantes. Entre elas, nós destacamos o livro *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-emancipação*, publicado em 2012. Essa obra apresenta um conjunto de textos que constitui um “painel denso e atualizado sobre o tema [mulheres negras], reunindo artigos de 20 especialistas, cobrindo o Brasil de norte a sul em termos teóricos e no uso de fontes diversas.” O livro tem o propósito de revelar “sombrias, suspiros e formas de vida, do corpo, da mente e da alma das mulheres – crioulas, escravas, mulatas, africanas, pardas, forras, pretas, negras e morenas” (XAVIER, FARIA, GOMES, 2012, p. 7) que viveram e sobreviveram no Brasil. Nesta obra, o passado (Colônia e Império) é articulado ao presente (República); a diversidade das mulheres negras no Brasil é salientada; as hierarquias, limites e avanços de suas ações de resistências são mostradas; as contradições, mudanças e permanências presentes na vida dessas mulheres são evidenciadas.

Tratando de uma temática correlata, o feminismo negro, temos o livro de Núbia Moreira (2011), que aborda as organizações feministas negras de São Paulo e Rio de Janeiro que se formaram entre os anos 1980 e 1990. Segundo a autora, essas organizações, com o objetivo de colocar em debate as demandas específicas das mulheres negras na contemporaneidade, atuaram

para inserir tanto o recorte racial no feminismo tradicional como as relações de gênero no movimento negro.

Um terceiro livro, *O Movimento de Mulheres Negras*, organizado por Silva e Pereira (2014), com textos que tratam da formação do feminismo negro no Brasil, investiga as organizações políticas de mulheres negras na contemporaneidade.

Esses textos nos mostram não só as vivências e práticas políticas de mulheres negras, mas também o nascimento de um campo de estudos: o feminismo negro, que *enegreceu* o feminismo, com o reconhecimento das suas especificidades, e *feminizou* o movimento negro brasileiro, com a discussão sobre as relações de poder envolvendo mulheres e homens.

Em consonância com estes e outros trabalhos acadêmicos que propõem novas narrativas sobre sujeitos invisibilizados, o presente artigo se debruça sobre a atuação política de personagens - as mulheres negras brasileiras - que passaram a ser mostradas pela historiografia, sobretudo, a partir da emergência das novas perspectivas teóricas como a História Social da Cultura. Buscamos explicitar a trajetória de luta dessas mulheres que, na década de 1980, começaram a se constituir como sujeito político autônomo. Desde essa perspectiva, analisamos a atuação de feministas negras vinculadas à *Bamidelê*, uma organização de mulheres negras fundada, em 2001, na Paraíba. Ao fazê-lo, evidenciamos algumas de suas atividades políticas, como a construção de uma campanha de identidade racial que teve por objetivo colaborar para a superação do racismo, do sexismo e das desigualdades (econômicas, sexuais, simbólicas etc.) presentes na sociedade brasileira.

○ feminismo negro: um projeto em construção

O feminismo negro é aqui entendido como ação política de mulheres para transformar as hierarquias e relações de poder desiguais. As mulheres negras privilegiam a perspectiva de gênero, a qual é utilizada nas suas interfaces com as questões de raça, classe social e orientação sexual. Com isto, elas não buscam apenas destacar que formam um grupo triplamente discriminado, mas sim, que “*experimenta[m] a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista.*” (BAIRROS, 1995, p. 461). Essa ação política tem salientado, portanto, a heterogeneidade das experiências históricas das mulheres e, nas últimas três décadas, ocupou-se da construção de espaços de atuação cuja agenda, grosso modo, propõe o *enegrecimento* do feminismo e a *feminização* da raça, incluindo na esfera pública as diferentes experiências do feminino

e superando a visão construída pelo *feminismo branco* de que havia uma *identidade feminina homogênea*. Em outros termos, o feminismo negro atua para desconstruir a ideia da existência de uma identidade universal abstrata e para colocar em evidência as desigualdades raciais presentes na vida das mulheres negras (BAIRROS, 1995).

De fato, desde o final dos anos 1970, ativistas negras começaram a questionar a existência de uma *identidade* comum a todas as mulheres. Abordando essa questão, Rachel Soihet (1997, p. 57) afirma:

A fragmentação de uma ideia universal de “mulheres” por classe, raça, etnia e sexualidade associava-se a diferenças políticas sérias no seio do movimento feminista. Assim, de uma postura inicial em que se acreditava na possível identidade única entre as mulheres, passou-se a uma outra em que se firmou a certeza na existência de múltiplas identidades.

Nesse contexto, também se introduziu o debate sobre a *diferença*, visto como um caminho para se afirmar a identidade racial de mulheres em luta por reconhecimento e por representação política. Estas duas categorias – a identidade e a diferença – foram importantes para a construção desse novo sujeito político (as mulheres negras), para ampliar e revitalizar o feminismo e para orientar as práticas políticas das mulheres brasileiras.

O feminismo negro brasileiro recebeu influências, desde a década de 1970, das afro-feministas dos Estados Unidos. Foram elas que iniciaram a elaboração de novas perspectivas políticas, introduzindo a questão da *diferença* na teoria feminista. Elas também propuseram a “*intersecção de raça e classe na estruturação de gênero*” para mostrar o ponto de vista do feminismo negro, destacando a existência de uma longa tradição de lutas de mulheres negras que não estiveram no espaço acadêmico, mas que com suas “*experiências diárias como mães, professoras, líderes comunitárias, escritoras, empregadas domésticas, militantes pela abolição da escravidão e pelos direitos civis [etc.]*” deixaram suas marcas no combate às opressões e, portanto, são donas de trajetórias de vida que devem ser consideradas como “*contribuição intelectual do feminismo.*” (COLLINS apud BAIRROS, 1995, p. 462-463).¹ Com isto, impulsionaram a teoria feminista tradicional (que colocava a opressão de gênero como o fator opressor prioritário para as mulheres) a abrir-se para as múltiplas experiências e identidades das mulheres, pois tal teoria não estava conseguindo abarcar as diferenças entre elas.

¹ Nesse sentido, as experiências das mulheres negras são consideradas como fundamentais para a construção do pensamento feminista negro.

As reflexões em torno da formulação do feminismo negro realizadas nos Estados Unidos, mas também no Canadá e na Inglaterra, repercutiram no Brasil, em fins da década de 1970, por meio de ativistas como Lélia Gonzalez (1935-1994), que iniciou as discussões sobre a inserção da mulher negra no mercado de trabalho, na educação e na saúde (VIANA, 2011). Acerca da invisibilidade de mulheres negras na sociedade brasileira, nos primeiros anos da década de 1980, Gonzalez destacava a ausência da categoria de raça nos estudos sobre a mulher desenvolvidos no Brasil e a importância de articular as categorias de *raça*, *gênero* e *classe* para estudar as peculiaridades das condições das mulheres negras. Dizia ser necessário “*um feminismo que tivesse a cara das mulheres negras.*” (SANTOS, 2009, p. 61).

Mais recentemente, a filósofa Sueli Carneiro, em suas reflexões sobre o feminismo negro, cunhou a expressão *enegrecendo o feminismo* para discutir a emergência de um novo movimento que surge para visibilizar as condições das mulheres negras na sociedade brasileira. Ela discute os estereótipos presentes nas representações da mulher negra no Brasil desde o período Colonial e a formação de um conceito que articule gênero e raça. De acordo com Carneiro, “*desprezar a variável racial na temática de gênero é deixar de aprofundar a compreensão de fatores culturais racistas e preconceituosos determinantes nas violações dos direitos humanos das mulheres no Brasil.*” (CARNEIRO, 2002, p. 178).

Em meio a estes debates, as organizações de mulheres negras se expandiram nos últimos anos, sobretudo a partir da década de 1990, tendo o feminismo negro como norteador de práticas políticas. Esse movimento tem orientado as lutas de mulheres negras, na construção tanto de suas identidades sociais (negras e feministas) como na sua constituição e fortalecimento enquanto sujeito político de direito, cujas metas passam pela transformação das relações de poder e pela ampliação da cidadania para grupos historicamente injustiçados.

As Mulheres Negras em Movimento no Brasil: politizando a raça e enegrecendo o feminismo

Partindo do debate sobre a secundarização das questões raciais no feminismo tradicional,² mulheres negras, oriundas sobretudo, do movimento negro e feminista, passaram a atuar de forma autônoma em grupos criados por elas. Como exemplo, temos o *Nzinga*, um dos mais antigos, fundado em 1983, e ao qual Lélia Gonzalez esteve vinculada. Essas mulheres pautaram

2 O aumento da tensão entre feministas negras e brancas chegou ao extremo em 1987, durante o *IX Encontro Nacional Feminista*, em Garanhuns (PE), do qual participaram, aproximadamente, duzentas mulheres negras que, “*além de denunciar a ausência de debates sobre a questão racial, ainda promoveram reuniões no interior daquele encontro para discutir suas questões específicas*” (MOREIRA, 2011, p. 66).

suas demandas políticas em eventos como o I Encontro Nacional de Mulheres Negras (ROLAND, 2000), nos quais expressavam “a consciência dos limites da concepção feminista tradicional para contemplar a temática específica das mulheres negras”, o que as conduziu “a construir uma plataforma de luta que [as] habilitasse a tratar simultaneamente das dimensões particulares de gênero e das questões gerais colocadas pela questão racial em nossa sociedade.” (CARNEIRO, 2002, p. 181).

Assim, articulando categorias como gênero, raça e classe, mulheres negras passaram a dar visibilidade à sua luta por justiça social. Nesse sentido, o feminismo negro tem sido um elemento fundamental para explicitar a “rebeldia das mulheres na identificação de sua situação de subordinação e exclusão do poder”, assim como na “construção de propostas ideológicas” que visam conquistar o empoderamento e a autonomia e superar as desigualdades, com a “reinvenção das práticas feministas”, por entender que o “racismo opera em conjunção com o sexismo e com outros sistemas de dominação.” (SOARES, 2000, p. 276).

As organizações de mulheres negras têm se construído a partir de sua experiência histórica, trazendo à baila a articulação das categorias gênero, raça e classe. Essa intersecção de categorias tornou-se fundamental para a compreensão das discriminações e das desigualdades que afetam as mulheres negras na sociedade brasileira (CARNEIRO, 2002).

Entre 1988 e 2001, o movimento de mulheres negras promoveu oito eventos de caráter nacional, conseguiu mobilizar as suas bases e evidenciou as suas demandas. Uma das consequências diretas disso foi o aumento do número de organizações dedicadas simultaneamente à luta feminista e à luta antirracista (DOMINGUES, 2009).

Essas organizações têm atuado em áreas como educação, saúde e cultura. Igualmente, atuam na elevação da autoestima das mulheres negras, na oferta de auxílio jurídico e no combate a todos os tipos de violência e discriminação racial. No âmbito das relações de gênero, as atividades foram (e são) norteadas, em geral, pela defesa da efetivação dos direitos humanos dessas mulheres. Muitas organizações nasceram de eventos na esfera estadual e nacional, como encontros, seminários, conferências e reuniões que vêm sendo realizados desde meados de 1980 e que focam em questões relativas ao pertencimento racial. Desse modo, contribuem, diretamente, para elevar a autoestima das mulheres negras e respeitar sua ancestralidade africana (ROLAND, 2000).

Entre os anos de 1983 e 2006, cerca de trinta organizações de mulheres negras foram fundadas em todas as regiões do Brasil e se vincularam à *Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras* (AMNB), criada em 2000,

para o enfrentamento aos vários tipos de opressão (desigualdades sociais, o racismo, o sexismo, a lesbofobia etc.) e para a busca da efetivação dos direitos e de políticas públicas para as mulheres negras (MOREIRA, 2011).

Foi nesse contexto de expansão de organizações que, na Paraíba, em 1997, um grupo de mulheres negras se reuniu para discutir uma pauta política que viabilizasse o empoderamento das suas integrantes e a conquista de direitos sociais. Algumas dessas mulheres, em 2001, institucionalizaram o grupo, transformando-o em uma organização não governamental. A essa organização foi dado o nome de *Bamidelê* – vocábulo *yorubá* que remete à ancestralidade africana e que está associado à ideia de *esperançar* e lutar ativamente para a realização de mudanças positivas nas condições de vida das mulheres negras.³

A fundação da Bamidelê - Organização de Mulheres Negras (Bamidelê-OMN) vincula-se à demarcação de um novo sujeito político – as mulheres negras – no cenário dos movimentos sociais brasileiros.⁴ Conforme está sublinhado no seu Estatuto, a organização tem por objetivo

contribuir para a eliminação do racismo e do sexismo, a partir da promoção de ações e debates que fortaleçam a identidade e autoestima, sobretudo de mulheres negras, visando à defesa efetiva da implantação dos Direitos Humanos e de políticas antirracistas no Brasil.⁵

Imbuídas de tal missão, as integrantes da Bamidelê iniciaram suas atividades acompanhando dois grupos de mulheres e adolescentes negras. O primeiro grupo era composto de moradoras das comunidades Marcos Moura e Tibiri II, localizadas no município de Santa Rita. Já o segundo grupo incluía mulheres da comunidade remanescente de quilombo de Caiana dos Crioulos, localizada no município de Alagoa Grande.

As suas atividades iniciais foram realizadas de forma pouco articulada com organizações congêneres. Um exemplo disso é o projeto *Redes de*

3 As tensões existentes entre as mulheres negras, as feministas tradicionais e as ativistas do movimento negro, na década de 1980, se arrefeceram nos anos seguintes e elas passaram a atuar de forma conjunta contra o racismo e sexismo. A Bamidelê, desde sua fundação, procura manter sua autonomia política e tem uma agenda de atividades em conjunto com feministas e ativistas negros/as. Assim, na cidade de João Pessoa, articularam muitas ações com o movimento negro e o movimento feminista. Uma das mais importantes parcerias em que se envolveu foi a que levou à organização da Marcha das Mulheres Negras, realizada em novembro de 2015. Com a formação do Comitê Impulsor na Paraíba da Marcha das Mulheres Negras, durante dezoito meses cerca de 25 organizações do movimento feminista e de mulheres paraibanas estiveram envolvidas em uma atividade do feminismo negro, cujo *slogan* era *contra o racismo, a violência, e pelo bem viver*.

4 Desde a fundação da Rede de Mulheres em Articulação da Paraíba, em 2002, a Bamidelê é uma das suas integrantes.

5 Conforme consta no *Estatuto e Ata de fundação e constituição da Bamidelê-OMN/PB*, de maio de 2001. Acervo da Bamidelê-OMN/PB.

solidariedade, desenvolvido entre os anos de 2002 e 2004. Destacamos dois dos seus objetivos: 1) contribuir para a superação das desigualdades sociais, dos estigmas e dos preconceitos que atingem as mulheres negras; 2) e colaborar para o desenvolvimento das ações políticas voltadas a dar maior visibilidade as mulheres negras, construindo uma identidade racial e fortalecendo-as como sujeitos políticos na Paraíba. O projeto partia de análises como a de Ribeiro (2004, p. 89), para quem as condições impostas a essas mulheres interferem diretamente “na construção da identidade, nos direitos reprodutivos, na sexualidade, na anticoncepção, na maternidade, na posição que ocupa na família, na união ou no casamento.” Por essa razão, o projeto buscava trabalhar o tema da autoestima entre mulheres negras, visto como crucial para a construção e afirmação de suas identidades, para o seu empoderamento e para a efetivação da sua movimentação política. O projeto também propôs a capacitação de mulheres e de jovens negras sobre questões relativas à saúde, aos direitos sexuais e reprodutivos, à identidade racial negra e aos Direitos Humanos, para atuarem no combate ao racismo e ao sexismo, bem como ampliar e garantir o acesso aos direitos conquistados na recente legislação brasileira. Esses foram os primeiros passos.

Durante os últimos quinze anos (2001-2016), a atuação política da Bamidelê-OMN foi efetivada por meio de ações educativas em variados espaços sociais; participação em oficinas, seminários, fóruns, mobilizações, órgãos de controle social, conferências estaduais e nacionais e em eventos políticos em defesa de direitos da população negra, a exemplo daqueles relacionados às ações afirmativas no ensino superior e no mercado de trabalho. Temas referentes à história e à cultura afro-brasileira, que envolvem a aplicação da Lei 10.639/2003 (Educação das Relações Étnico-raciais, História da África e Cultura Afro-brasileira), também foram objetos de atuação da nossa organização, tendo sempre como propósito despertar a reflexão das mulheres negras para os elementos que constituem as identidades raciais possíveis de serem construídas. As ações sistemáticas realizadas pela organização com as mulheres e jovens negras também tinham o objetivo de informar e tratar de questões relativas à saúde da população feminina, sobretudo, das mulheres negras, considerando as temáticas concernentes às relações de gênero, aos direitos reprodutivos e à identidade racial (Relatório, BAMIDELÊ-OMN/PB, 2003).

Não deixou também de firmar parcerias com outros movimentos sociais do estado, a exemplo do Movimento Negro da Paraíba e do Feminista, como a Cunhã – Coletivo Feminista e Rede de Mulheres em Articulação na Paraíba, e esteve ativa nos debates que envolvem as demandas sociais da população negra, especialmente as mulheres negras.

No âmbito nacional, vincula-se à Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB). Recentemente, passou a integrar à Rede de Mulheres Negras do Nordeste (2013), que tem atuado na articulação e mobilização de mulheres e jovens negras dos nove estados nordestinos, tendo como propósito enfrentar discriminações de classe e raça e também a lesbofobia, visando garantir políticas específicas para as mulheres negras e a defesa de uma sociedade menos desigual, que reconheça e respeite a diversidade racial existente no Brasil.

Dentre as ações desenvolvidas até hoje, pela sua importância e abrangência, gostaríamos de examinar mais detidamente uma campanha de valorização da identidade racial. É dessa campanha que a seção seguinte trata.

Promoção da Campanha de Identidade Racial *Moren@, não. Eu sou negr@!* (2009-2014): uma ação política em defesa de identidade racial

Entre as várias ações políticas desenvolvidas pela/na Bamidelê-OMN com o propósito de enfrentar a problemática do racismo na mídia, a mais marcante foi a idealização e implementação da campanha de identidade racial denominada *Morena, não. Eu sou negra!/ Moreno, não. Eu sou negro!/ Moren@, não. Eu sou negr@!*⁶, lançada em 2009. O objetivo central foi o de promover a construção e a afirmação da identidade negra, enfrentar o racismo na mídia, visibilizar as reivindicações sociais e políticas de mulheres e homens negros e propor novas subjetividades e discursos sobre ser uma pessoa negra na atualidade.

Importa salientar que a construção identitária se constitui de forma histórica e cultural, bem como envolve a relação com outros sujeitos sociais. Na contemporaneidade, é consenso entre diferentes pesquisadores que somos sujeitos de várias identidades, organizadas a partir de seus pertencimentos múltiplos, as quais também podem ser transitórias, contraditórias e descentradas (HALL, 2006). Portanto, a identidade racial/negra é uma, dentre outras, que um indivíduo pode construir tanto na sua *dimensão subjetiva e simbólica*, mas, sobretudo, no seu *sentido político* para enfrentar o racismo e para superar a ideologia da mestiçagem. Em meio a tudo isso, encontram-se as *representações* que uma dada sociedade constrói sobre os diferentes grupos sociais e que constitui um fator importante que modela as suas identidades.

⁶ A campanha passou por diversas edições, de 2009 a 2014, com pequenas alterações em sua nomenclatura. A principal mudança foi o acréscimo do @ (arroba) com o intuito de indicar a flexão de gênero nas palavras. Ver <<http://negrasbamidele.blogspot.com.br/2015/10/a-trajetoria-da-campanha-moren-nao.html>>.

Cabe aqui salientar algumas das representações produzidas sobre o feminino negro no Brasil. As mulheres negras foram representadas, desde o período colonial, nas letras dos literatos e nas pinturas dos viajantes que por aqui passaram. Essas representações hegemônicas tecidas pelo *outro*, em geral homens brancos, construídas no processo de colonização e reafirmadas no âmbito do escravismo, ainda estão presentes nas nossas relações sociais atuais, apesar das contestações desenvolvidas pelas próprias mulheres negras. Refletindo sobre essa questão, Conceição Evaristo (2005, p. 52) afirma:

A representação literária da mulher negra ainda surge ancorada nas imagens de seu passado escravo, de corpo-procriação e/ou corpo-objeto de prazer do macho senhor. Interessante observar que determinados estereótipos de negros/as, veiculados no discurso literário brasileiro, são encontrados desde o período da literatura colonial.

Dessa forma, as relações de poder envolvendo as categorias de gênero, raça/cor e classe expressas na literatura construíram imagens sobre as mulheres negras, como a *mulata* e a *mãe preta*, que circunscreveram seus lugares na sociedade brasileira e na mídia nacional, difundindo representações baseadas em estereótipos que reafirmam a sua estigmatização e desvalorização.

Contudo, vale destacar as representações não hegemônicas sobre as mulheres negras. Aquelas que poderíamos denominar de *elaborações nas margens*, produzidas por escritoras negras como Maria Firmina dos Reis e Auta de Souza no século XIX. Essas mulheres, ao exporem as suas histórias, (re) elaboraram suas auto representações a partir da definição de seus pertencimentos, desconstruíram estereótipos e abriram novos espaços a serem ocupados por mulheres negras em nosso país (CAMPOS, 2007; DUARTE, 2009; SOUZA e MENDES, 2012).

Com a campanha de identidade racial, a Bamidelê-OMN procurou opor-se a uma visão hegemônica sobre raça e gênero, propondo novos discursos que possam gerar reflexões sobre as subjetividades negras, fortalecer individual e politicamente mulheres, crianças e homens negros e possibilitar também às pessoas não negras uma nova perspectiva para construção das relações sociais no contexto contemporâneo.

A realização da referida campanha teve uma excelente receptividade por parte da população paraibana. Chegou mesmo a alcançar pessoas em outras regiões do país, o que levou aos desdobramentos que resultaram em outras edições (2010, 2012 e 2015).

A seguir, exploramos os principais aspectos que envolveram a elaboração e as estratégias de divulgação das diferentes edições da campanha *Morena, não. Eu sou negra!*

Destacamos, em primeiro lugar, a primeira edição da mencionada campanha realizada em 2009.⁷ Ela foi lançada, no Teatro Paulo Pontes, dia 25 de julho, nos marcos das comemorações pelo Dia das Mulheres Negras da América Latina e do Caribe.⁸ Para tanto, a Bamidelê contou com recursos financeiros vindos de diferentes fontes. Uma delas foi o Fundo Brasil de Direitos Humanos, para o qual foi apresentado, em 2008, o projeto *Fortalecendo a Luta Antirracista na Paraíba*. O projeto, cuja metodologia se pautou em diálogos com ativistas dos movimentos sociais negros da Paraíba, foi coordenado por uma jornalista vinculada aos movimentos sociais, que acompanhou e deu orientações técnicas na área da comunicação durante todo o processo de criação da campanha.

Quando da construção da campanha, em 2008, o movimento negro do estado enfrentava uma derrota no campo da implementação de cotas raciais na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pois a comunidade acadêmica se opunha a essa política. A mídia paraibana também acompanhava essa tendência, tendo publicado vários editoriais e artigos de opinião que se colocavam contra a ampliação de direitos educacionais dos (as) estudantes das camadas sociais mais pobres e dos negros (as). Nesse material jornalístico era difundida a ideia de que as cotas desvalorizariam o mérito acadêmico e gerariam uma queda na qualidade do ensino superior. A implementação de cotas sociais com recorte racial na UFPB terminou acontecendo no final de 2009, mas desfigurando a proposta inicial, pois estabeleceu um percentual significativamente menor de vagas do que aquele pretendido.⁹

Foi neste contexto adverso que as (os) ativistas na/da Paraíba construíram a campanha, produzindo seis vídeos com artistas e intelectuais negras(os) com breve depoimento sobre a ancestralidade africana, as práticas racistas no Brasil e a importância da identidade racial/negra. Compuseram ainda outros materiais, como panfletos, *bottons*, camisetas, *banners*, adesivos, *spot* de rádio, *busdoor* e cartazes - todos com a frase *Morena, Não. Eu sou negra!* ou *Moreno, Não. Eu sou negro!*

7 A campanha contou com o apoio financeiro da Fundação Ford (parceira da Bamidelê-OMN, por 10 anos), da Coordenadoria Ecumênica de Serviços/ CESE, do Fundo Brasil de Direitos Humanos e da *Global Fund for Women* (Fundo Global para Mulheres). No estado da Paraíba, parcerias foram firmadas com o Governo Estadual e do município de João Pessoa, assim como com a Produtora RPC Comunicações.

8 O marco político 25 de julho foi instituído em 1992, ano do quinto centenário da ocupação da América pelos europeus e de início do colonialismo nesse continente, durante o I Encontro de Mulheres Afro-latino-americanas e Afro-caribenhas realizado na República Dominicana. Tal encontro buscou dar visibilidade à luta das mulheres negras, expressiva parcela da população das Américas, e suas demandas específicas por direitos sociais, bem como afirmar a identidade negra.

9 25% das vagas com aumento anual de 5%, enquanto no primeiro projeto se propunha 50% das vagas para pobres, negros/as e quilombolas.

Para a divulgação da campanha foram estabelecidas variadas estratégias e parcerias que estimularam a discussão sobre a utilização de comunicação visual no fortalecimento da identidade, a saber: publicidade; articulação com a mídia local; formação política (oficinas, rodas de diálogo e seminários); mobilização nas ruas diretamente com a população; sensibilização de gestores(as) ou formadores(as) de opinião; parcerias com o movimento negro, o movimento feminista e os movimentos sociais em geral; e articulações com núcleos universitários, empresas, associações, conselhos e sindicatos.

Em 2009, uma segunda ação política-educativa de enfrentamento ao racismo e com o propósito de afirmar a identidade negra, a denominada *Blitz Étnica*, foi idealizada por uma das integrantes da Bamidelê. Essa ação, que foi realizada no mês de outubro do referido ano, consistia em uma mobilização pública na estação ferroviária de João Pessoa e no terminal de integração dos ônibus interurbanos da capital. A escolha do termo *blitz* foi de natureza política e buscava se contrapor “às *blitz* que são realizadas pelas polícias, em que @s negr@s [são] abordad@s de forma truculenta”, como ressalta o panfleto elaborado pela Bamidelê quando da divulgação da ação. O objetivo da *Blitz Étnica* foi conscientizar a população paraibana que circulava naqueles espaços para as questões raciais, especialmente o racismo e a discriminação racial que estão presentes na sociedade brasileira, de forma velada ou explícita. O panfleto trazia perguntas provocadoras - *Você acha que existe racismo no Brasil e na Paraíba?* e *Já viveu ou presenciou alguma situação de racismo?*- colocadas em destaque com letras coloridas, assim como a convocação para a participação na *Blitz Étnica*.

Em 2010, ano de Censo Nacional, a Bamidelê decidiu intensificar a campanha de identidade racial com uma segunda edição, na qual o *slogan* usado foi *No censo 2010, afirme sua negritude: “Moren@ não, eu sou negr@!”*. A atividade, novamente, fez parte do conjunto das ações políticas relacionadas às comemorações do dia 25 de julho, realizadas em João Pessoa. Dentre os objetivos da campanha estava o de mobilizar a população negra paraibana para autodeclarar-se, dentro das categorias de cor/raça do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como *pardo* ou *preto*, quando fosse recenseada pelos(as) agentes do censo demográfico.

Imagem 1: Material da Campanha “Morena, não. Eu sou negra!” (2009-2010)

No Censo 2010, afirme sua negritude



Quando perguntarem sua cor/raça, declare preta ou parda
 Minha cor ou raça é:
 Branca Preta Amarela Parda Indígena

Fonte: www.bamidelenocenso2010.blogspot.com.br. Acesso em: 2 maio 2016.

Para estimular as reflexões sobre a identidade racial, foi criado um *blog* (www.bamidelenocenso2010.blogspot.com.br) no qual foram postadas notícias locais e nacionais que abordavam a importância de assumir a identidade negra e de fortalecer a luta antirracista. Também foi produzida uma série de vídeos com sujeitos participantes do movimento negro e do movimento de mulheres negras na Paraíba, com o objetivo de potencializar a divulgação da campanha de identidade racial.

Imagem 2: Camisetas da Campanha “Moren@, não. Eu sou negr@!” (2010)



Fonte: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=405939559467841&set=pb.25678511049954.-2207520000.1377609044.&type=3&theater>. Acesso em setembro de 2012.

Em 28 de julho de 2010, no centro de João Pessoa, foi realizada uma atividade destacando a importância de se declarar pret@ ou pard@, categorias utilizadas pelo IBGE para nomear/classificar as pessoas negras no Brasil. De forma semelhante, foi divulgada a campanha *No censo 2010: quem é de axé diz que é!*, lançada no Maranhão, que tinha o objetivo de sensibilizar os praticantes das religiões afro-brasileiras para afirmarem seu pertencimento religioso no censo demográfico de 2010. Entre os materiais produzidos para divulgar a mensagem política da campanha de identidade racial da *Bamidelê*, estavam panfletos e camisetas que se tornaram peças fundamentais para a sua divulgação. As camisetas foram também usadas por pessoas brancas, potenciais aliados na luta antirracista, tendo sido uma maneira que elas encontraram para demonstrar empatia com a população negra.

Em 2012, ano da sua terceira edição, a campanha de identidade negra foi reelaborada. O slogan adotado foi *Afirme sua negritude: “Moren@ não, eu sou Negr@!”*. Ela foi lançada no evento intitulado *Cotas e cidadania – um direito seu*, realizado no dia 29 de março, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), pelo seu recém criado Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) e pela Bamidelê-OMN/PB. O evento tinha o intuito de recepcionar os primeiros cotistas na UFPB e discutir a necessidade de aperfeiçoamento das políticas de cotas, principalmente, mas não exclusivamente, no ensino superior, ressaltando a questão do atendimento às demandas pela permanência desses estudantes cotistas.

Naquela oportunidade, o NEABI, com o apoio do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, recebeu uma das primeiras turmas de cotistas e fez um esforço no sentido de estabelecer um coletivo de estudantes cotistas para a defesa de suas demandas no âmbito da universidade. Cabe salientar que, passados cinco anos, a UFPB ainda não conseguiu avançar no acompanhamento das políticas de inclusão racial. Apesar da aprovação de cotas nas universidades federais, nos termos da Lei Federal nº 12.711/2012, essa Universidade mantém a lógica da política universalista.

A construção da identidade negra é uma etapa crucial de fortalecimento individual e coletivo para o enfrentamento das desigualdades raciais e sociais. Nesse sentido, um dos principais objetivos da campanha, nessa edição, foi fortalecer o debate público sobre a identidade negra, envolver todos e todas na luta antirracista e afirmar os direitos humanos na Paraíba.

Nessa perspectiva, foi importante o uso das novas tecnologias¹⁰ para divulgar representações pouco usuais de mulheres negras, a exemplo da veiculação do *banner* eletrônico, no ano de 2013, na ocasião das atividades de 21 de março.¹¹ A imagem do *banner* é composta por uma jovem negra com um penteado afro.

Imagem 3: Jovem Negra na Campanha de Identidade Racial



Fonte: <https://pt-br.facebook.com/negrasbamidele>. Acesso em: 28 mar. 2013.

O material foi disponibilizado apenas em uma das mídias sociais – *facebook*. Ele foi compartilhado 6.598 vezes e recebeu 288 curtidas, no período de sete dias (21 a 28 de março de 2013), em várias regiões do Brasil, mostrando uma boa receptividade das pessoas inseridas na rede de computadores em relação a mensagens que valorizam a ancestralidade africana.

Neste ínterim, percebemos que, possivelmente em decorrência da campanha de identidade racial e de um conjunto de discussões acerca das relações raciais que têm ocorrido contemporaneamente, houve um aumento da autodeclaração de pessoas negras no Brasil. Na Paraíba, por exemplo, o censo demográfico do ano de 2010, produzido pelo IBGE, identificou que mais da metade da população é composta por pessoas pretas (212.968) e

¹⁰ Para desenvolver essa terceira edição, a Bamidelê também utilizou largamente dos meios eletrônicos e redes sociais (*facebook*, *blog* e *twitter*).

¹¹ 21 de março é considerado o *Dia Internacional da Eliminação da Discriminação Racial* e faz alusão aos jovens mortos na África do Sul, em 1960.

pardas (1.986.619).¹² Trata-se de um significativo aumento no número das pessoas que se autodeclararam pretas e pardas no Censo 2010 (58,3%) em relação ao Censo 2000, onde esse percentual era de 56,2%.¹³

Acreditamos que o aumento do debate sobre o tema das relações étnico-raciais e das campanhas de afirmação da identidade negra vem contribuindo para o sensível aumento no reconhecimento da ancestralidade africana.

Algumas Considerações Finais

Neste trabalho analisamos a atuação política da Bamidelê, organização de feministas negras paraibanas. Examinamos, em particular, a campanha de promoção da identidade negra na Paraíba, denominada Moren@ não, eu sou Negr@!. Além disso, destacamos as ações realizadas pela Bamidelê em articulação política com os movimentos negro e feminista paraibanos.

A Bamidelê, com a sua campanha de identidade racial, nas suas várias edições, procurou fortalecer o debate público sobre a identidade negra, com o intuito de envolver a sociedade na luta antirracista e afirmar os direitos humanos da população negra na Paraíba. Tal campanha, em razão das novas tecnologias de informação, alcançou destaque nacional e internacional, e foi veiculada em diferentes formatos midiáticos. Com isso, contribuiu para combater o racismo e afirmar a identidade racial no Brasil contemporâneo.

Em consonância com o seu projeto político, a atuação da Bamidelê procura ultrapassar as representações estereotipadas de mulheres negras. Tem atuado com o objetivo de construir uma identidade racial e de gênero que explicita os traços históricos comuns e valorize o reconhecimento de si e as interações sociais dessas mulheres. Em meio a isso, busca que novas imagens sejam elaboradas a fim de se desestabilizar a visão de mundo hegemônica pautada na *branquitude*, e que novas atitudes e imaginários positivos passem a predominar na mentalidade coletiva da sociedade brasileira.

Espera-se que por meio da intensificação da organização política feminista e feminina negra seja construída uma sociedade mais equânime e baseada na democracia, o que só é possível se considerarmos as necessidades e importância desse sujeito político - as mulheres negras - que corresponde a um quarto da população brasileira.

12 Os dados do Censo de 2010 também revelam que a população da Paraíba é composta por 25.043 indígenas, 1.499.253 brancos (as) e 48.487 amarelos (as). Os dados estão disponíveis nos portais do IBGE: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=pb&tema=censodemog2010_indig.univer.e>.

13 De acordo com os dados do censo demográfico realizado no ano de 2000, sendo 52,3% de pessoas pardas e 3,9% de pessoas pretas.

Referências

- BAMIDELÊ. ATA DE FUNDAÇÃO e Constituição da BAMIDELÊ Grupo de Mulheres Negras da Paraíba.** João Pessoa: Acervo Bamidelê, 2001.
- BAMIDELÊ – GRUPO DE MULHERES NEGRAS DA PARAÍBA. Projeto Redes de solidariedade: saúde reprodutiva, gênero, etnia e cidadania na Paraíba. **Relatório Narrativo e Financeiro, janeiro a dezembro de 2003.** João Pessoa, 2003. [digitado].
- BAIRROS, L. Nossos Feminismos Revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (org.). Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, 1995.
- CAMPOS, M. C. C. Representações da mulher negra na literatura brasileira. In: **XII Seminário Nacional Mulher e Literatura.** Anais. Ilhéus: EDITUS, 2007.
- CARNEIRO, S. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, C.; UNBEHAUM, S. G. G. (orgs.). **Democracia e Sociedade Brasileira.** Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.
- DOMINGUES, P. J. Entre Dandaras e Luizas Mahins: mulheres negras e antirracismo no Brasil. In: PEREIRA SILVA, J. **O Movimento Negro Brasileiro: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil.** Belo Horizonte: Nandyala, 2009.
- DUARTE, E. A. Mulheres marcadas: literatura, gênero, etnicidade. **Revista de Estudos Literários: Terras roxa e outras terras**, v. 17, 2009.
- EVARISTO, C. Da representação à auto-representação da Mulher Negra na Literatura Brasileira. **Revista Palmares - Cultura Afro-Brasileira**, ano 1, n. 1, 2005.
- HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós-Modernidade.** Rio de Janeiro: DP&A, 10 ed., 2006.
- MOREIRA, N. R. **A Organização das Feministas Negras no Brasil.** Vitória da Conquista: Edições UESB, 2011.
- MOURA, C. **As injustiças de Clio: o negro na historiografia brasileira.** Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- RIBEIRO, M. Relações raciais nas pesquisas e processos sociais: Em busca de visibilidade para as mulheres negras. In: VENTURI, G.; RECAMÁN, M.; OLIVEIRA S. (org.). **A mulher brasileira nos espaços público e privado.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

- ROCHA, S. P. **Na trilha do feminino: condições de vida das mulheres escravizadas na Província da Paraíba (1828-1888)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.
- ROLAND, E. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, A. S. A.; HUNTLEY, L. (orgs.). **Tirando a máscara: ensaios sobre o racismo no Brasil**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- SANTOS, S. B. As ONGs de mulheres negras no Brasil. Sociedade e cultura. **Revista de Ciências Sociais**, v. 12, n. 2, 2009.
- SILVA, J.; PEREIRA, A. P. (orgs.). **O Movimento de Mulheres Negras: escritos sobre os sentidos de democracia e justiça social no Brasil**. Belo Horizonte: Nandyala, 2014.
- SOUZA, K. S. F.; MENDES, A. M. A mulher negra na literatura brasileira: entre a construção e as representações de identidade. In: **I Colóquio Internacional Literatura e Gênero**. Anais. Teresina: UESPI, 2012.
- VIANA, E. E. S. Lélia Gonzalez: Fragmentos. In: GOMES, F.; DOMINGUES, P. (org.). **Experiências da emancipação: biografias, instituições e movimentos sociais no pós-abolição (1890-1980)**. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- XAVIER, G.; FARIA, J.; GOMES, F. (orgs.). **Mulheres Negras no Brasil escravista e do Pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012.

Recebido em março de 2016

Aprovado em maio de 2016

